

Condições de trabalho e saúde de funcionários de uma Universidade pública

Conditions of work and health of public University

Claudia Suely Barreto Ferreira^{1*}, João Bonfim²

Resumo: Condições do ambiente de trabalho influenciam de forma significativa na saúde de trabalhadores, estes por sua vez tendem a sofrer maiores agravos à saúde devido a precarização do trabalho, partindo deste pressuposto, objetiva-se descrever as condições de trabalho e de saúde de funcionários terceirizados que prestam serviços a uma universidade pública do interior da Bahia. Como metodologia de estudo utilizamos a abordagem quantitativa e descritiva, para a coleta de dados utilizamos um questionário, cujas questões basearam-se em duas dimensões 1. Condições do ambiente de trabalho e exposição a riscos; 2. Descrição de situação de saúde física e mental. Tais dimensões buscaram identificar os principais problemas enfrentados. Como resultado conclui-se que, a precarização aliada à falta de condições de trabalho vem acarretando sérias consequências para a saúde dos funcionários, principalmente quando correlacionamos as alterações físicas e emocionais.

Palavras-chave: Precarização. Saúde do trabalhador. Trabalhador terceirizado.

Abstract: *Conditions of the work environment significantly influence the health of workers, these in turn tend to suffer greater health problems due to precarious work, based on this assumption, we aim to describe the working and health conditions of outsourced employees who provide services to a public university in the interior of Bahia. As a study methodology we used the quantitative and descriptive approach, to collect data we used a questionnaire, whose questions were based on two dimensions 1. Conditions of the work environment and exposure to risks; 2. Description of physical and mental health situation. These dimensions sought to identify the main problems faced. As a result, it is concluded that the precariousness coupled with the lack of working conditions have serious consequences for the health of employees, especially when we correlate the physical and emotional changes.*

Key words: *Precariousness. Worker's health. Outsourced worker.*

*Autor para correspondência.

Recebido para publicação em 20/07/2018; aprovado em 20/03/2019.

¹ Doutoranda em Enfermagem e Saúde – UFBA, Mestre em Saúde Coletiva- UEFS. Especialista em Enfermagem do Trabalho - IBPEX. Professora da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação, Campus VII – Senhor do Bonfim, Bahia, Brasil. E-mail claudiasuelyferreira@gmail.com.

² Acadêmico, Curso de Bacharelado em Enfermagem, Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação, Campus VII – Senhor do Bonfim, Bahia, Brasil. E-mail bonfim_joao@hotmail.com.



INTRODUÇÃO

O cenário atual de precarização do trabalho do empregado terceirizado é agravado pela crise financeira, que se instalou no Brasil a partir de outubro de 2008. De acordo com dados publicados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), somente no ano de 2013, mais de 30% de todos os trabalhadores com carteira assinada em São Paulo eram de trabalhadores terceirizados, já no Rio de Janeiro esse número chegava a 29% (CUT-DIEESE, 2014).

O processo de terceirização no Brasil intensificou-se na década 90, e contou com algumas especificidades, tais como a priorização da necessidade de acumulação financeira em curto prazo, utilizando-se para isso da redução de custos e de mão de obra, além da desobrigação de encargos trabalhistas, contribuindo para a ampliação dos excluídos e ampliação da desigualdade de poder entre a oferta e a demanda no mercado de trabalho (BORGES; DRUCK, 1993).

O desemprego no setor formal do trabalho é possibilitado pela utilização mais intensiva dos trabalhadores terceirizados, já que esses conseguem com mais facilidade reduzir o superdimensionamento de mão de obra necessária às atividades dos serviços prestados (Corcetti; Behr, 2009).

Com a aprovação da Lei 13.429/17 adveio vários prejuízos à vida dos trabalhadores, perceptíveis nas diversas dimensões da vida humana, estes (trabalhadores) perderam ainda mais direitos, além de continuarem com jornadas exaustivas e sem reconhecimento profissional, sem deixar esquecer que são frequentemente humilhados e desvalorizados, gerando problemas relacionados a autoestima (TEIXEIRA; ANDRADE, 2017).

Nesse sentido, o dossiê publicado pelo DIEESE em parceria com a CUT, destaca que a terceirização: “Fere-se o princípio da dignidade, ampliando os problemas estruturais e provocando, entre os terceirizados, inclusive doenças ligadas à saúde mental. A condição de terceiro torna-se, então, um muro invisível que impõe uma subcondição” (CUT-DIEESE, 2014).

Ainda no contexto de precarização é posto que:

Estamos, portanto, frente a uma nova fase de desconstrução do trabalho sem precedentes em toda a era moderna, ampliando os diversos modos de ser da informalidade e da precarização do trabalho, que revelam um processo de metamorfose da velha e histórica precariedade. A informalidade não é sinônimo de precariedade, mas a sua vigência expressa formas de trabalho desprovido de direitos e, por isso, encontra clara sintonia com a precarização. (ANTUNES; DRUCK, 2015, p. 256).

Percebe-se o total desarranjo dos meios de proteção ao trabalhador, tendo como justificativas a melhoria da economia. Desde março de 2017, o termo terceirização passou a ser definido como a transferência feita pela contratante (tomadora) da execução de quaisquer de suas atividades, inclusive legalizando a atividade fim, o que antes era proibido (GARCIA, 2017).

Diante da atual conjuntura de precarização das condições de trabalho, este estudo objetiva descrever se as condições de trabalho, às quais estes funcionários estão submetidos, influenciam no processo de saúde e adoecimento, dos mesmos.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo, de caráter quantitativo. O cenário de estudo foi uma Universidade pública situada no interior do estado da Bahia. A população do estudo foi constituída por funcionários terceirizados que prestam serviço para a referida instituição.

Como critérios de inclusão foram utilizados: Tempo mínimo de permanência na Instituição (1 ano) e Concordância em participar da pesquisa, comprovado pela assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O processo de seleção dos funcionários foi conduzido, através da amostragem por censo, sendo este método mais adequado por eliminar a variabilidade amostral, tornando o resultado mais preciso.

Os dados para identificação inicial da população estudada foram solicitados a coordenação de pessoal/RH do campus, inicialmente tínhamos uma população de 16 funcionários terceirizados, a partir daí adotou-se os critérios de inclusão e exclusão. Para esta pesquisa utilizou-se grau de confiança de 95%, com margem de erro de 15%, conforme cálculos estatísticos realizados.

Para coleta dos dados foi utilizado um questionário, em que os participantes respondiam as questões e posteriormente devolviam aos pesquisadores, cujas datas de recolhimento do instrumento eram pré-estabelecidas por ambas partes.

O questionário constava de cinco blocos de questões. O primeiro bloco trouxe questões sócio demográficas; o segundo bloco, informações sobre características do ambiente de trabalho; o terceiro bloco, condições de trabalho e saúde; o quarto bloco, características psicossociais do trabalho e o quinto bloco abordou questões relacionadas aos hábitos de vida.

Após a coleta de dados, os mesmos foram tabulados com o auxílio de uma planilha do Microsoft Excel, posteriormente os dados foram submetidos a análise com auxílio do EPI INFO versão 3.5. 2.. Nesta etapa, as variáveis analisadas incluíram: Condições de trabalho, ambiente de trabalho, tais como condições físicas, estruturais e emocionais; exposição a riscos, saúde mental (transtornos mentais, depressão/ ansiedade, consumo de álcool e medicamentos); além disso, os problemas de saúde física (morbidades e co-morbidades) também foram avaliados. Realizamos a descrição com base nas seguintes dimensões: 1. Condições do ambiente de trabalho e exposição a riscos; 2. Descrição de situação de saúde física e mental, identificando os seus principais problemas.

Esta pesquisa, conforme preconiza a Resolução 466/12, foi apreciado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado da Bahia – CEP/UNEB, e aprovada sob número de parecer: 2.009.264, em 10 de abril de 2017.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante dos dados aglutinados, houve ordenação, organização e processamento da “matéria prima”, bem como definição de variáveis. Para a elaboração e aplicação dos questionários, buscou-se norteamento em diversos autores, que têm se preocupado com as condições dos trabalhadores, em especial dos terceirizados.

As categorias desta pesquisa foram pré-selecionadas para elaboração dos questionários e foram aglutinadas após análise sistemática dos mesmos, feita com suporte do EPI INFO, correlacionando característica que formariam as categorias definidoras do estudo. As categorias constituintes deste estudo foram: 1. Condições do ambiente de trabalho e exposição a riscos; 2. Descrição de situação de saúde física e mental.

Inicialmente houve uma análise sócio demográfica e do perfil dos funcionários que prestam serviço à referida Universidade. O número total de participantes elegíveis para este estudo consta de 12 indivíduos, sendo que destes todos prestam serviços de forma terceirizada ao campus, dentre estes, 25% são do sexo feminino e 75% do sexo masculino.

Do total de participantes do sexo masculino, 45% presta serviços como vigilantes, corroborando com o descrito em estudo prévio que ao versar sobre o assunto evidenciou a prevalência do sexo masculino neste tipo de serviço (VIEIRA et al., 2010) Destaca-se ainda que a faixa etária dos participantes obteve variação, entre 27 a 57 anos, cuja idade média corresponde 40,5 anos.

No que diz respeito à situação conjugal dos participantes, encontrou-se os seguintes dados: Casados 50,0%, dos participantes, divorciado ou separado 8,3%, Solteiro 25,0% e 16,7% possuíam união estável. Identificou-se ainda que 83,3% dos participantes possuem filhos.

Há ainda referências a sobreposição de atividades domésticas, familiares e laborais, esta constatação se aplica em especial às mulheres participantes do estudo. O nível de escolaridade destes profissionais está diretamente interligado à idade dos mesmos, bem como o tipo de função exercida pelos mesmos, sendo que aqueles que possuem idade superior a 40 anos estão têm no máximo ensino médio, em contrapartida os mais jovens possuem maiores níveis de escolaridade.

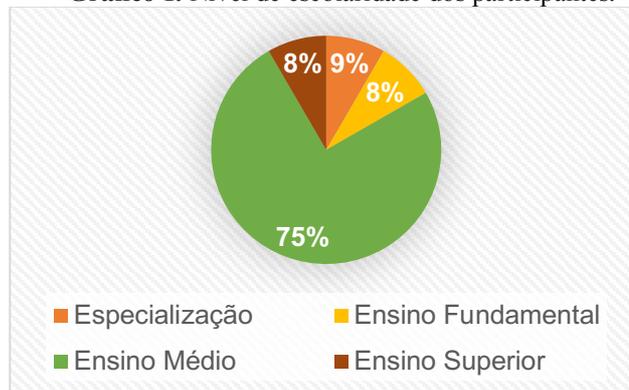
Os dados apresentados estão de acordo com a pesquisa realizada no departamento de Sociologia da USP, em entrevista pública na revista Fórum, de acordo com a qual, 75,9%, dos brasileiros que atuam de forma terceirizada, têm no máximo, o ensino médio completo e um em cada cinco concluíram, no máximo, o fundamental (BRAGA, 2017), conforme detalhado no gráfico 1.

Os participantes desta pesquisa trabalham nesta Instituição por períodos que variam entre 01 e 22 anos. Com relação à carga horária semanal, 91,7% trabalham 44 horas, e 8,3% trabalha 60 horas semanais, o que denota a existência de mais que um vínculo empregatício, visto que

a carga horária semanal, máxima, estabelecida pela instituição para os funcionários é de 40 horas. Não observamos nesta pesquisa diferença de carga horária laboral por gênero.

Ao concluirmos a análise sócio demográfica e do perfil dos funcionários, decorreremos agora com as categorizações e análises pertinentes:

Gráfico 1. Nível de escolaridade dos participantes.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Como categoria inicial a ser analisadas temos “Condições do ambiente de trabalho e exposição a riscos”:

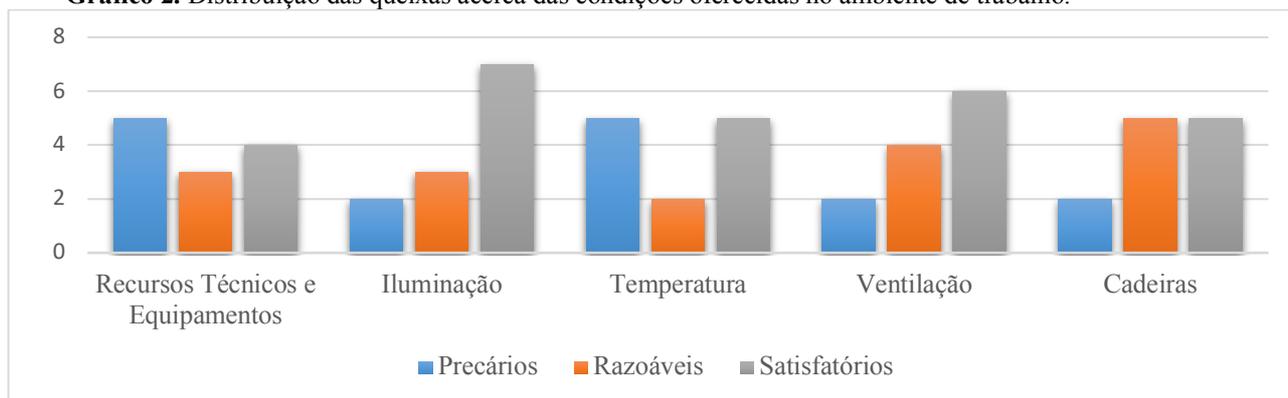
Para analisarmos as condições do ambiente de trabalho, buscamos avaliar as condições do ambiente, incluindo, mobília (especificamente cadeiras e mesas), temperatura, Iluminação e ventilação do ambiente de trabalho, bem como os recursos técnicos e equipamentos disponíveis, sendo os itens avaliados como: precários, razoáveis e satisfatórios. Salientamos que um ambiente precário é aquele que não oferece as condições necessárias para o desenvolvimento de suas atividades, mesmo assim é suportável pelos funcionários conforme salientado no gráfico 2.

Diante da análise do Gráfico 2, nota-se que há alta probabilidade destes trabalhadores apresentarem problemas relacionados à saúde, ao longo dos anos, pois a correlação entre precariedade de itens como recurso técnicos e equipamentos e danos à saúde, já vem sendo debatido em outros estudos onde é comprovada em especial por ser um dos fatores que gera angústia, sobretudo porque a resolução de tal dificuldade está fora do alcance trabalhador.

Nesse estudo, 41,7% dos participantes definiram como precários, os recursos técnicos e equipamentos, sabe-se que a curto prazo, esta precariedade não trará prejuízos à saúde destes profissionais, no entanto ao projetar os possíveis danos a médio e longo prazo, certamente estes serão evidenciados. Salienta-se que o acervo jurídico é enorme no que diz respeito à Leis e Normas Regulamentadoras (NR) no que tange a proteção e segurança do trabalhador. Todavia os empregadores mantêm-se alheios ao cumprimento de tais ordenamentos, o que gera problemas graves à saúde de seus funcionários, como acidentes e até mesmo mortes (DRUCK, 2016).



Gráfico 2. Distribuição das queixas acerca das condições oferecidas no ambiente de trabalho.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Neste contexto, a grande maioria das empresas terceirizadas, descumprem as normas de segurança e saúde no trabalho (MIRANDA, 2016). Para 66,67% dos trabalhadores, que contribuíram com a pesquisa, a relação entre as exigências de suas tarefas e os recursos disponíveis para a realização das mesmas, é classificada como ruim, ou seja, as exigências são altas, enquanto os recursos disponíveis são poucos. Deve-se frisar, que a NR nº 6 determina que as empresas devem fornecer equipamentos de proteção individual a seus funcionários, de acordo com o serviço desempenhados, no entanto o que se percebe é que esta norma nem sempre é cumprida (BRASIL, 2016).

As condições precárias de trabalho, ocasionam diversas doenças, acidente e mortes. Diante disso percebe-se a relevância de ambiente de trabalho, salubre para os trabalhadores (CUT-DIEESE, 2014).

Neste contexto, percebe-se controvérsias nas respostas assinaladas pelos participantes no que tange à qualidade do ambiente de trabalho, o que provavelmente é gerado pela insegurança em denunciar os aspectos negativos correlacionados ao trabalho, bem como a necessidade de reafirmar apenas aspectos positivos da instituição na qual estão trabalhando. Confirmando o que foi posto, 75,00% dos funcionários referem a ausência de um local para descanso entre as jornadas de trabalho na Instituição.

Um aspecto interessante é que 50% dos trabalhadores assinalaram a não existência de banheiros exclusivos para funcionários, em contrapartida 25,00% dos participantes assinalaram que há este espaço, os demais deixaram esta questão em aberto. No que se refere ao tempo disponível para realizar refeições, durante a jornada de trabalho 58,33% confirmam a existência desse tempo, enquanto 41,67% preferem não dispor desse intervalo, o que denota privilégios, tais como acesso privativo a banheiros exclusivos, bem como flexibilização do turno de trabalho para alguns funcionários em detrimento dos demais. Neste mesmo contexto 66,67% dos trabalhadores informaram existir espaço destinado a realização de suas refeições na Instituição, contrapondo a estes, 33,33% discordaram de tal informação.

Em um estudo realizado em uma Universidade pública de São Paulo, foram identificados problemas similares relacionados a infraestrutura adequada aos

funcionários, onde estes também relataram a falta de local adequado para realizar suas refeições bem como para descansar no período entre a jornada de trabalho (GEMMA; FUENTES-ROJAS; SOARES, 2017). Desta forma, percebe-se que este problema diagnosticado não é exclusivo da instituição estudada, mas um problema vivenciado por muitos funcionários, sobretudo, os terceirizados do nosso país.

A saúde dos funcionários deve ser um item prioritário em instituições públicas, sobretudo no âmbito universitário, onde pressupõem-se que as discussões sobre adoecimento, práticas saudáveis laborais, são fomentadas com frequência, com intuito de que os trabalhadores possam desempenhar com qualidade suas atividades. No item do questionário cuja abordagem faz inferência se no ambiente de trabalho, existe práticas educativas voltadas para a saúde do trabalhador, 91,67 % dos profissionais participantes da pesquisa, afirmaram não haver. Sabe-se que, neste campus existe um curso ligado a área de saúde e que neste contexto, era de se esperar que houvesse espaço para discutir/refletir sobre as condições de saúde dos trabalhadores ali inseridos.

Na pesquisa ficou claro também, a não existência de um setor intra campus responsável pela saúde dos trabalhadores. A precarização do trabalhador é evidente, pois a falta de discussão relacionada à saúde, bem como espaço destinados a exposição, indagações e vivências relacionadas as questões de saúde, faz com que o funcionário não discuta sua situação de exposição a riscos e adoecimento físico e mental, tornando o problema algo à margem das suas reais necessidades, tanto individuais quanto coletivas, o adoecimento em geral, ocorre paulatinamente e individualmente, isto faz com que o problema seja visto como pontual e de responsabilidade pessoal do funcionário que padeceu.

Neste contexto:

[...] o nível de qualidade de vida no trabalho tem relação direta com as finanças e produtividade da empresa, e para tanto ações para a promoção da saúde e da qualidade de vida no trabalho, orientando os trabalhadores a terem um estilo de vida saudável precisam se integrar à gestão empresarial com o objetivo de levar informações, aumentar a motivação e oferecer oportunidades para que se tenham práticas positivas em saúde, reduzindo os comportamentos e os

fatores que tendem a interferir no equilíbrio do indivíduo, antes que esses se transformem em doença[...] (BENAGLIA, 2012, p. 13).

Vislumbra-se a importância da adoção/identificação dos fatores de riscos existentes no ambiente laboral no qual o trabalhador está inserido, bem como as instituições empregadoras, devem estar preparadas para o atendimento em casos emergenciais. Partido deste pressuposto, ao questionarmos se a instituição tinha recursos necessários para atendimento em caso de emergência, todos os funcionários afirmaram não existir recursos disponíveis no campus. A falta de equipamentos e o não investimento em treinamento, tendem a acelerar os efeitos da precarização das condições de trabalho, expondo o funcionário a riscos, além de provocar maior exposição a acidentes de trabalho e doenças ocupacionais (PEIXE, 2013).

A segunda categoria a ser analisada está diretamente ligada aos efeitos advindos das condições do ambiente de trabalho, neste contexto analisaremos “Descrição de situação de saúde física e mental”, nesta categoria foi possível identificar os principais problemas de saúde relatados pelos trabalhadores desta instituição, conforme detalhado no gráfico 3.

Gráfico 3. Distribuição das queixas acerca das condições saúde física.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Este gráfico expõe as queixas apresentadas com maior frequência pelos funcionários. Verificou-se que 75,00% dos funcionários adotam posturas que geram desconforto e dores musculares no desempenho de suas atividades. Estudos apontam que trabalhadores, ao serem questionados sobre os principais problemas de saúde surgidos durante o trabalho, os que aparecem de forma mais prevalente, são os osteomusculares (doenças da coluna, dor nas costas, dores nas articulações) (GEMMA; FUENTES-ROJAS; SOARES, 2017; MENDES; TEIXEIRA; BONFATTI, 2017). Estes problemas osteomusculares, têm associação direta com trabalhos realizados em pé, com aqueles cujas demandas são repetitivas, além dos que exigem uma demanda maior do ponto de vista físico. Verifica-se que na presente pesquisa, 58,33% dos participantes relataram que ficam muito tempo em pé, sendo que destes 50,00% relataram ter que andar muito no desenvolvimento de suas funções, já para 66,67% suas atividades são repetitivas.

Além disso, o Anuário Estatístico da Previdência Social de 2016 indica que nos anos de 2014, 2015 e 2016 a concessão de auxílios-doença no país provenientes das doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo corresponderam a consecutivamente: 403.365, 318.222 e 369.997 benefícios respectivamente, ainda de acordo com a mesma fonte, as aposentadorias urbanas por invalidez concedidas no mesmo período corresponderam a: 23.318, 18.685 e 20.446 respectivamente (BRASIL, 2016).

Tais dados demonstram que os trabalhadores terceirizados estão mais propensos a acidentes e mortes no local de trabalho do que os trabalhadores contratados diretamente, além disso, fica claro que as empresas não investem em medidas preventivas (CUT-DIEESE, 2014).

No que tange à saúde mental, os participantes desta pesquisa, responderam questões relacionadas ao sentimento de nervosismo, tensão ou preocupação, com relação às situações laborais, destes 33,33% afirmaram que sim. No tangente a momentos consecutivos de irritação no ambiente de trabalho 25,00% responderam de forma afirmativa, sendo esta afirmativa correlacionada a excessiva carga de trabalho, ou por consequência das dificuldades encontradas para realizarem suas tarefas. Com relação às faltas para tratamento médico 54,50%, dos participantes responderam afirmativamente. Lourenço (2015, p.38) enfatiza que: “[...] diagnosticar algum problema de saúde implica dedicar tempo para as consultas médicas e o tratamento, o que, não raras vezes, exige afastamento do trabalho, sempre muito difícil para quem está sob regime de contrato de trabalho temporário ou diarista [...]”.

Outra queixa bem explicitada na pesquisa, é a fadiga, 81,90%, dos funcionários referem esta condição. O que provavelmente pode decorrer, do fato destes profissionais realizarem diversas atividades em curtos períodos, sem se alimentar e/ou hidratar adequadamente, conforme relatado, além dos esforços físicos realizados com frequência e sem maiores cuidados.

As queixas enumeradas anteriormente, confirmam que o trabalho e as condições por ele oferecidas (ambiente, equipamento, entre outros), interferem no processo saúde/doença desses indivíduos, necessitando que os mesmos procurem serviços de saúde para uma melhor assistência e melhora na sua qualidade de vida. Além disso, que recebam apoio efetivo da instituição para a prevenção e promoção de saúde no ambiente de trabalho.

Neste contexto, os dados demonstram que as alterações encontradas, podem desencadear estresse e ansiedade, visto que dentre a ampla gama sintomatológica provocadas por fatores psicológicos os apresentados acima são determinantes para problemas de saúde mental. O Gráfico 4 descrito abaixo demonstra como os participantes desta pesquisa sentem-se em relação às condições oferecidas pelo seu trabalho, bem como com as relações interpessoais.

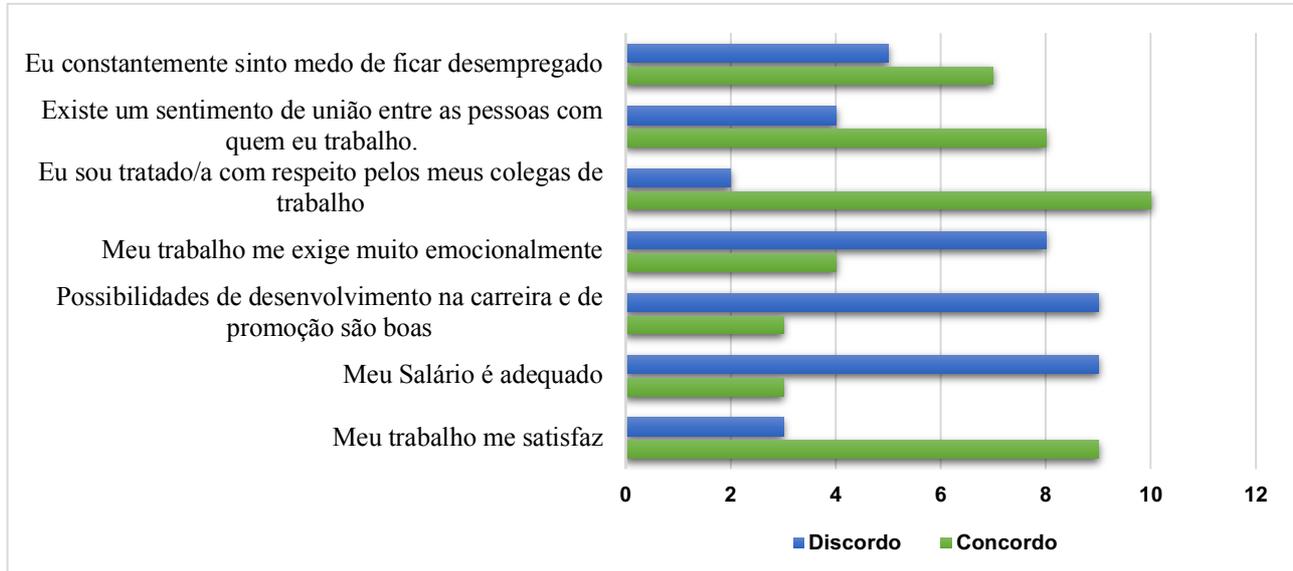
As relações entre o estresse e doenças musculoesqueléticas, cardíacas e do sistema digestivo estão extremamente ligadas, concluíram ainda que tais fatores contribuem para o adoecimento psíquico (FERNANDES; MARZIALE 2014, p.542).



Situações desfavoráveis no trabalho tendem a fazer com que o trabalhador venha a sofrer consequências à saúde mental, sendo que a satisfação com o trabalho ajuda a evitar tal situação. A satisfação com o trabalho está

ligeiramente relacionada com as condições oferecidas no local, com o salário, com as relações interpessoais bem como com as aspirações de carreira que cada indivíduo busca para si (IBGE, 2018).

Gráfico 4. Fatores motivantes e desmotivantes correlacionados ao trabalho.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Diante do exposto, torna-se evidente a opinião dos trabalhadores no que tange à satisfação com seu emprego, bem como suas respectivas interpretações no tangente às relações interpessoais, além das perspectivas de crescimento, complementando e reforçando o que foi pontuado anteriormente sobre a qualidade de vida desses participantes, e como cada um desses fatores influenciam diretamente ou indiretamente, positiva ou negativamente na sua vida.

Os dados demonstram que, para 75,00% dos participantes da pesquisa o salário é inadequado. Conforme estudo realizado pelo DIEESE e pela CUT, o trabalhador terceirizado recebe em média 25% a menos do que os salários dos que são contratados diretamente (CUT-DIEESE, 2014). Verifica-se que para 75,00% dos trabalhadores as possibilidades de desenvolvimento na carreira e de promoção não são boas, eles afirmam que mesmo quando buscam aperfeiçoarem-se com treinamentos, cursos ou mesmo mudando de nível escolar, continuam a desempenhar a mesma função e a receber os mesmos pró-labores.

O medo de perder o emprego acomete a todos os trabalhadores em especial os terceirizados, nesta pesquisa 58,33% afirmaram sentir medo de ficar desempregado. Este receio por parte dos trabalhadores não é descontextualizado, pois de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), a quantidade de desempregados voltar a crescer em nosso país, os dados apontam que no primeiro trimestre do corrente ano, a taxa teve um aumento de 13,1%, já a quantidade de pessoas sem emprego no país chegou a 13,7 milhões.

Entre as situações que são consideradas protetoras para a saúde mental dos participantes, destacam-se a satisfação com o trabalho 75,00% dos participantes afirmaram que mesmo diante dos problemas identificados, estão felizes com seu trabalho. De acordo com 83,33% dos participantes, eles são tratados com respeito pelos colegas de trabalho, além de existir um sentimento de união para 66,67% dos participantes.

Estudos revelam que funcionários de uma comarca do município de Catuípe, no Rio Grande do Sul, estavam satisfeitos com os colegas de trabalho, com a chefia e com a organização do local de trabalho, no entanto estes mesmos funcionários não estavam felizes com seus salários, bem como não era perceptível mudanças de nível dentro do serviço (TONETTO, 2013).

Os dados demonstram que a satisfação relatada pelos participantes da pesquisa, pode estar relacionada com o sentimento de união e companheirismo existente entre eles, sendo isso uma forma de diminuir o estresse vivenciado devido a precariedade do trabalho.

CONCLUSÕES

O desenvolvimento da presente pesquisa possibilitou uma análise das condições de trabalho, bem como da situação de saúde de funcionários terceirizados de uma Universidade do interior da Bahia. A precarização aliada a falta de condições de trabalho tem possibilidade de acarretar sérias consequências para a saúde dos funcionários envolvidos no estudo, inclusive sobrepondo-se com problemas correlacionados a saúde que estes funcionários já apresentam e potencializando as alterações físicas e emocionais dos mesmos.



As condições de trabalho influenciam no desenvolvimento do trabalho, assim como na saúde e qualidade de vida, sendo que quando estas condições não estão adequadas, acabam interferindo negativamente na saúde e no trabalho destes profissionais, como demonstra os resultados acima mencionados.

No que concerne à importância do tema, faz-se necessário o desenvolvimento de novas pesquisas sobre a temática, pois a saúde de funcionários terceirizados, bem como a oferta de condições de trabalho adequadas a este profissional não se esgota neste estudo, visto os atuais retrocessos direcionados à retirada dos direitos trabalhistas conquistados anteriormente pelos trabalhadores. Todavia as iniciativas em curso, bem como a insensibilidade dos governantes responsáveis por incentivar a precarização do trabalho, tendem a fomentar a diminuição de postos de trabalho diretos, sendo assim fica explicitado que a saúde destes trabalhadores tende a decair a níveis alarmantes, entretanto acreditamos que o incremento de espaços de discussão dentro dos locais de trabalho, assim como nos grupos/sindicatos, é passível de propiciar novos rumos para os trabalhadores, por meio de reivindicações contundentes e consequentemente implementações de melhorias nas condições de trabalho e saúde dos funcionários.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. Departamento de Serviço Social Editora PUC-Rio Créditos A terceirização sem limites: A precarização do trabalho como regra. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 34, p. 19-40, 2015. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_34_1_Antunes_Druck.pdf>. Acesso em: 3 maio 2018.
- BENAGLIA, Mirian Damaris. A Influência do Ambiente de Trabalho e do Estilo de Vida Sobre a Saúde do Trabalhador. XXXII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 32, 2012, Bento Gonçalves, RS. **Anais...**, Bento Gonçalves, RS: ENEGEP, 2012. p. 1-22. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2012_TN_W IC_160_932_21165.pdf>. Acesso em: 22 maio 2018.
- BORGES, Â.; DRUCK, M. G. Crise global, terceirização e a exclusão no mundo do trabalho. **Caderno CRH**, Salvador, BA, 1993. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/viewFile/18801/12171>>. Acesso em: 4 dez. 2016.
- BRAGA, Ruy. **Terceirização pode chegar a 75% dos trabalhadores do país, diz sociólogo**. 2017. Entrevista concedida a Maíra Streit. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/terceirizacao-pode-chegar-a-75-dos-trabalhadores-do-pais/>>. Acesso em: 17 maio 2018.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência. **Anuário Estatístico da Previdência Social**. Brasília: DATAPREV, 2016. 934p.
- Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2018/01/AEPS-2016.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2018.
- CORCETTI, Elisabete; BEHR, Ricardo Roberto. Trabalho terceirizado e qualidade de vida: o caso dos trabalhadores subcontratados do setor metalmeccânico da região da grande vitória (es). XXXIII ENCONTRO DA ANPAD, 2009, São Paulo- SP. **Anais...** Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/GPR1136.pdf>>. Acesso em: 14 fevereiro 2019.
- CUT / DIEESE – Central Única dos Trabalhadores / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Terceirização e Desenvolvimento: uma conta que não fecha – Dossiê sobre o impacto da terceirização sobre os trabalhadores e propostas para garantir a igualdade de direitos**. São Paulo, 2014.
- DRUCK, Graça. A indissociabilidade entre precarização social do trabalho e terceirização. In: TEIXEIRA, Marilane Oliveira; ANDRADE, Helio Rodrigues de; COELHO, Elaine D'Ávila (Org.). **Precarização e terceirização: faces da mesma realidade**. São Paulo: Sindicato dos Químicos-SP, 2016. p. 256. Disponível em: <<http://www.combateaprecarizacao.org.br/d/sistema/publicacoes/115/arquivo/precariacaoweb.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2018.
- FERNANDES, Márcia Astrês; MARZIALE, Maria Helena Palucci. Riscos ocupacionais e adoecimento de trabalhadores em saúde mental. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 27, n. 6, p.539-547, 26 ago. 2014. Bimestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ape/v27n6/1982-0194-ape-027-006-0539.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2018.
- GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Terceirização: Trabalho temporário, cooperativas de trabalho** (2017). 3. ed. Salvador, BA: Juspodivm, 2017. 160p. Disponível em: <<https://www.editorajuspodivm.com.br/cdn/arquivos/28781ce676d17bb767457e0bab3cd5ca.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2018.
- GEMMA, Sandra Francisca Bezerra; FUENTES-ROJAS, Marta; SOARES, Maurílio José Barbosa. Agentes de limpeza terceirizados: entre o ressentimento e o reconhecimento. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 42, p.1-10, 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2317-6369000006016>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572017000100203&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 24 maio 2018.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desemprego volta a crescer no primeiro trimestre de 2018**. 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20995->



desemprego-volta-a-crescer-no-primeiro-trimestre-de-2018.html>. Acesso em: 29 maio 2018.

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. **Terceirização:** a derruição de direitos e a destruição da saúde dos trabalhadores. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 123, p.447-475, set. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.032>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000300447&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 25 maio 2018.

MENDES, Eliane de Assis; TEIXEIRA, Liliane Reis; BONFATTI, Renato José. As condições de saúde dos trabalhadores a partir dos exames periódicos de saúde. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 112, n. 41, p.142-154, mar. 2017. Trimestral. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/sdeb/v41n112/0103-1104-sdeb-41-112-0142.pdf>. Acesso em: 26 maio 2018.

MIRANDA, Carlos Roberto. **Ataque ao mundo do trabalho:** terceirização e seus reflexos na segurança e saúde do trabalhador. 2016. Disponível em: <<https://www.toxnet.com.br/download/ataque-miranda.doc>>. Acesso em: 27 maio 2018.

PEIXE, João Carlos Mendonça Didier Silva. **Terceirização no Brasil:** tendências, dilemas e interesses em disputa. 2013. 269f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Serviço Social, Pontifca Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/1111910_2013_completo.pdf>. Acesso em: 25 maio 2018.

TEIXEIRA, Marilane Oliveira; ANDRADE, Hélio Rodrigues de. Terceirização no serviço público e de cuidados na cidade de São Paulo. In: TEIXEIRA, Marilane Oliveira et al (Org.). **Contribuição crítica à reforma trabalhista**. Campinas, SP: Unicamp/ie/cesit, 2017. p. 328.

TONETTO, Rosana Cristina Zambon. A satisfação no trabalho: **Um estudo com os servidores públicos estaduais do poder judiciário de Catuípe -RS**. 2013. 57f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Departamento de Ciências Administrativas, Contábeis, Econômicas e da Comunicação, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, RS, 2013. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1944/Rosana_Tonetto_-_TCC_FINAL.pdf?sequence=1>. Acesso em: 29 maio 2018.

VIEIRA, Carlos Eduardo Carrusca et al. O desafio do trabalho real na vigilância. In: VIEIRA, Carlos Eduardo Carrusca; LIMA, Francisco de Paula Antunes; LIMA, Maria Elizabeth Antunes (Org.). **O cotidiano dos vigilantes:** trabalho, saúde e adoecimento. Belo

Horizonte: FUMARC, 2010. Cap. 4, p. 320. Disponível em:

<http://renastonline.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/arquivos/recursos/613_O_COTIDIANO_DOS_VIGILANTES.pdf>. Acesso em: 5 maio 2018.